

DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

Agosto de 2022, Bauru - SP

ANO XXIV - Nº 239

SINSERM
Sindicato dos Serv. Púb. Municipais de Bauru e Região



GREVE DA EMDURB DEMONSTRA FORÇA DOS TRABALHADORES MOBILIZADOS

Após 17 dias de greve, muita luta e mobilização, os trabalhadores da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb) encerraram, no dia 4 de julho, a paralisação que teve início no dia 18 do mês anterior. Em decisão unânime, a categoria deliberou pelo retorno integral das equipes, mediante o acordo firmado entre as partes. Com a decisão, todo o efetivo da Emdurb retornou ao trabalho com o compromisso de realizar uma força tarefa para normalizar os serviços o mais breve possível.

Foram dias intensos, mas saímos vitoriosos de mais uma batalha. A união entre os servidores e as entidades sindicais resultou em um movimento coeso, organizado e bem sucedido. Cumprimos todas as determinações da Justiça, estabelecemos o máximo de diálogo possível com a presidência da empresa e não abandonamos a população em momento algum.

A postura discriminatória da prefeita Suéllen Rosim ao conceder o reajuste do vale-compras para todos os funcionários públicos, exceto aos da Emdurb, foi o estopim da paralisação, mas há muito tempo as condições de trabalho são precárias na empresa... As equipes trabalham desfalcadas, os veículos e equipamentos apresentam defeitos e o assédio moral é uma realidade presente no dia-a-dia. Para o encerramento da greve, uma reestruturação completa da Emdurb foi condicionada pelos trabalhadores, contemplando todos os pontos deficitários

Sobre o vale-compras, o reajuste será feito da seguinte forma:

- Acréscimo de R\$ 150,00 a partir de Janeiro/2023, totalizando R\$ 775,00;
- Acréscimo de R\$ 150,00 a partir de Maio/2023, totalizando R\$ 925,00;
- Acréscimo de R\$ 75,00 a partir de Setembro/2023, totalizando R\$ 1.000,00.

*O valor retroativo do vale será pago em 12 parcelas a partir de setembro de 2023.

Em respeito e consideração à população, os coletores de lixo trabalharão até duas horas adicionais em cada turno até que toda a cidade esteja limpa. O presidente da empresa, Everson Demarchi, assumiu o compromisso de alugar caminhões para o serviço seja conclu-

ído o mais rápido possível – desta forma, as horas não trabalhadas durante a greve serão compensadas e o lixo será retirado das ruas com brevidade. Destaca-se, inclusive, a disposição do atual presidente em encontrar soluções durante todo o processo, postura que destoa da intransigência demonstrada pela prefeita ao longo das tratativas.

Agradecemos, mais uma vez, a compreensão de todos os bauruenses neste momento tão delicado para todos nós. Decretar greve nunca é fácil para os trabalhadores, mas é a última alternativa quando estes não são ouvidos de outras maneiras. O resultado positivo – apesar de toda a inflexibilidade por parte do Executivo – demonstra a força dos servidores mobilizados. Os funcionários da Emdurb são fundamentais para a manutenção da ordem em Bauru... Seguiremos firmes na luta constante por respeito, valorização e condições dignas de trabalho. Seguiremos firmes na luta constante por respeito, valorização e condições dignas de trabalho.



©MORTARAPHAEL



SERVIDORES LOTAM AUDIÊNCIA PELO FUTURO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

O futuro do sistema previdenciário dos servidores públicos de Bauru esteve em pauta no dia 3 de julho, durante Audiência Pública promovida pela Câmara Municipal, por iniciativa da vereadora Estela Almagro (PT).

O déficit da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev) preocupa trabalhadores, especialistas e gestores públicos desde o ano passado, quando o assunto ganhou destaque nas discussões políticas da cidade.

Embora a prefeitura tenha encaminhado propostas ao Legislativo a fim de solucionar o déficit, estas não se provaram suficientes para encerrar o impasse e a gestão municipal retirou o Projeto de Lei (PL) da Câmara.

Desde então os servidores ativos e inativos convivem com a angústia de ver uma Reforma da Previdên-

cia tão desastrosa quanto a que foi imposta ao Regime Geral em 2019, chegar ao Regime Próprio de Bauru.

No dia 3, movidos pela indignação de quem é abandonado após anos de dedicação e trabalho, os servidores lotaram a galeria da Câmara para exigir que sejam ouvidos. Num exemplo inspirador de mobilização, usaram a tribuna para chamar a atenção para o descaso com que a administração tem tratado a situação e exigiram mais diálogo.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) lembrou que no ano passado, a prefeita Suéllen Rosim enviou o PL em regime de urgência para ser aprovado a toque de caixa, sem a devida apreciação. Não permitiremos que isso aconteça novamente. A chefe do Executivo tem que assumir sua responsabilidade e ouvir aqueles que dão sustentação ao seu governo.

Exigimos respeito com os trabalhadores que saem todos os dias de casa para fazer a cidade funcionar, além de honrar a história dos aposentados que dedicaram-se a vida toda à máquina pública. Queremos ser ouvidos!

A vereadora Estela Almagro solicitou ao chefe de gabinete, Rafael Lima Fernandes, que uma reunião entre os vereadores, sindicato e comissão de servidores seja agendada com a prefeita, de modo que possamos construir uma alternativa para salvaguardar a Funprev, sem penalizar nenhuma das partes.



SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!

Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

SINSERM.COM.BR/





COM NOVA LEI FEDERAL, PREFEITURA PODE AUMENTAR MARGEM DO CONSIGNADO PARA SERVIDORES MUNICIPAIS

O governo federal sancionou a Lei nº 14.431/2022 que amplia a margem de crédito consignado aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e aos segurados da Previdência Social. A medida também libera o crédito consignado a beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de programas federais de transferência de renda, como o Auxílio Brasil.

A lei foi publicada no último dia 4, no Diário Oficial da União e teve origem na Medida Provisória 1.106/2022, editada em março deste ano. O texto foi aprovado no Congresso em julho. O empréstimo consignado é aquele concedido com desconto automático das parcelas em folha de pagamento ou benefício.

Com a nova legislação, os beneficiários do Auxílio Brasil poderão fazer empréstimos de até 40% do valor do benefício e autorizar a União a descontar o valor da parcela dos repasses mensais. A partir deste mês, até dezembro, o valor do Auxílio Brasil passará de R\$ 400 para R\$ 600.

A lei também ampliou a margem de crédito consignado, que é o limite máximo que poderá ser comprometido pelo desconto em folha, aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.

De acordo com o texto, aposentados e pensionistas da Previdência, incluindo os beneficiários do BPC, poderão comprometer até

45% do valor dos benefícios com consignados. Do total, 35% podem ser usados para empréstimos, financiamentos a arrendamentos mercantis; 5% para operações (de saques ou despesas) contraídas por meio de cartão de crédito consignado; e 5% para gastos com o cartão de benefícios.

Para os trabalhadores regidos pela CLT, o limite é de 40%, sendo 35% para empréstimos, financiamentos a arrendamentos mercantis e 5% para amortização de despesas e saques com o cartão de crédito consignado. O cartão de crédito consignado funciona como um cartão de crédito na hora da compra, mas a dívida é descontada automaticamente do salário.

Servidores municipais

A conversão da MP em lei federal pode impactar os servidores públicos municipais. Isso porque a prefeitura alegou, no primeiro semestre deste ano, que não reajustaria a margem do consignado até que houvesse segurança jurídica para tal. Com a aprovação da lei, administração municipal não pode mais se furtar a responsabilidade de recorrer os trabalhadores neste momento tão difícil economicamente para a maioria dos brasileiros.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) recebe, diariamente, inúmeras reivindicações de trabalhadores que anseiam por renovar seus contratos e é neste sentido que nos posicionamos favoráveis à flexibilização desde o início do

debate. Embora nossa luta seja incessante pela valorização real da categoria – através de remuneração justa e condições dignas de trabalho –, compreendemos que o atual cenário econômico do país exige medidas emergenciais para que as pessoas possam honrar seus compromissos financeiros.

Questionado pelo sindicato sobre uma nova posição do Executivo, o secretário de administração, Donizete do Carmo dos Santos, esclareceu que a minuta do Projeto de Lei (PL) que prevê o reajuste está pronta e encontra-se em análise jurídica.

*Com informações da Agência Senado.



PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /
(14) 3227-9122
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



SINSERM NOTIFICA PREFEITA SUÉLLEN ROSIM PARA QUE EFETUE O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

O Senado aprovou no dia 4 de maio, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/2022, que estabelece um piso salarial de dois salários mínimos (R\$ 2.424), para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e incluída na pauta do Plenário da Casa assim que a Ordem do Dia teve início.

Na ocasião, dezenas de agentes estiveram nas dependências do Senado e muitos deles foram às galerias do plenário da Casa. Não havia objeção para aprovação da PEC, que tramitava no Congresso há 11 anos. A aprovação ocorreu por unanimidade nos dois turnos,

uma vitória da categoria.

O texto prevê que os vencimentos devem ser pagos pela União e os valores para pagamento estarão previstos no Orçamento com dotação própria e específica. O projeto garante a esses profissionais adicional de insalubridade e aposentadoria especial devido aos riscos inerentes às funções desempenhadas e determina que estados, Distrito Federal e municípios deverão estabelecer outras vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações para valorizar o trabalho desses profissionais.

Em Bauru, entretanto, os agentes de combate às endemias seguem no aguardo dos vencimentos. Embora o Ministério da Saúde tenha publicado, no dia 30 de junho, as Portarias 1.971/2022 e 2.109/2022, estabelecendo a forma de repasse dos recursos para o pagamento do piso nacional retroativamente ao mês de maio, a prefeitura do município ainda não repassou os valores – os agentes comunitários de saúde, contratados pela Fundação Estatal Regional de Saúde da Região de Bauru (Fersb) já recebem o novo piso.

Em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal no dia 26 de julho, a Secretaria Municipal de Saúde informou que os repasses dos recursos para pagamento do piso nacional já foram efetuados pelo Ministério da Saúde, o que naturalmente gera indignação nos servidores que anseiam pelo reajuste o mais breve possível.

Diante disso, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) notificou extrajudicialmente a prefeita Suéllen Rosim,

para que efetue o reajuste básico dos agentes, no valor de R\$ 2.424,00, com efetivo pagamento no prazo improrrogável de 10 dias, bem como as diferenças retroativas a maio de 2022.

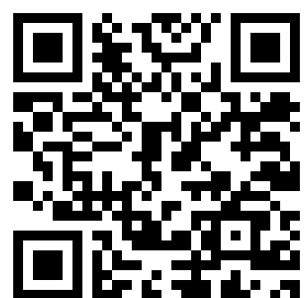


/sinserm



CURTA A PÁGINA DO SINSERM NO FACEBOOK

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.



FORTALEÇA SEUS DIREITOS!

Sindicalize-se

Aproveite as **vantagens da filiação e ajude a manter a luta do funcionalismo público viva.**

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.

